

Educação para as Relações Étnico-Raciais e o Combate ao Racismo e Violência na Escola

Education for Ethnic-Racial Relations and the Fight Against Racism and Violence in Schools

Educación para las Relaciones Étnico-Raciales y la Lucha contra el Racismo y la Violencia en la Escuela

Juliana Brito dos Santos¹

Maria de Fátima de Andrade Ferreira²

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar uma discussão teórica sobre educação para as relações étnico-raciais no currículo escolar e suas contribuições no combate à violência racial na escola, um fenômeno motivado pelo racismo, práticas sustentadas pela permanência do mito da democracia racial e dos privilégios da branquitude na sociedade brasileira. Nesse sentido, aponta a relevância da Lei 10.639/03 e da compreensão sobre as complexas relações sociais e linguagens escolares que contribuem na reprodução de preconceitos e na formação de práticas discriminatórias, destacando a importância da formação continuada de professores em serviço para o desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas. Por meio de uma abordagem bibliográfica e qualitativa examina os diferentes tipos de violência racial, tanto individuais quanto institucionais e evidenciando os impactos desse fenômeno e suas diferentes faces nas relações interpessoais e na organização pedagógica. Os resultados apontam para a necessidade de buscar estratégias educativas que promovam inclusão, cidadania e justiça social, reforçando o papel da escola como espaço de transformação social, inclusive para abordar a temática racial e a implementação da Lei n. 10639/03, incluindo os artigos 26-A e 79-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas e na formação continuada em serviço para professores de Educação Básica.

Palavras-Chave: Educação antirracista. Violência racial. Privilégios da branquitude. Formação continuada de professores. Relações étnico-raciais.

Abstract

The article aimed to understand the manifestations of racial violence and the effects of white privilege in school spaces, as well as their contributions to combating racial violence in schools, associated with racism and the

¹ Doutoranda em Ensino pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8634-1874>. Lattes: 1830719616102298. E-mail: 2023m0023@uesb.edu.br.

² Pós-Doutorado em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos – Centro de Estudos Afro-Orientais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Plena da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4094-6741>. Lattes: 9173104914920572. E-mails: mferreira@uesb.edu.br.

persistence of the myth of racial democracy and white privilege. The study emphasizes that social relations and school languages contribute to the reproduction of prejudice and the formation of discriminatory practices, highlighting the importance of in-service continuing teacher education for the development of anti-racist pedagogical practices. Through a bibliographic and qualitative approach, the article examines different types of racial violence, both individual and institutional, and highlights the impacts of these phenomena on interpersonal relationships and pedagogical organization. In addition, it points to the need for educational strategies that promote inclusion, citizenship, and social justice, reinforcing the role of the school as a space for social transformation.

Keywords: Anti-racist education. Racial violence. White privilege. Continuing teacher education. Ethnic-racial relations.

Resumen

El artículo tuvo como objetivo comprender las manifestaciones de la violencia racial y los efectos de los privilegios de la blanquitud en los espacios escolares, así como sus aportes al combate de la violencia racial en la escuela, asociada al racismo y a la persistencia del mito de la democracia racial y de los privilegios de la blanquitud. El estudio enfatiza que las relaciones sociales y los lenguajes escolares contribuyen a la reproducción de prejuicios y a la formación de prácticas discriminatorias, destacando la importancia de la formación continua del profesorado en servicio para el desarrollo de prácticas pedagógicas antirracistas. A través de un enfoque bibliográfico y cualitativo, el artículo examina los diferentes tipos de violencia racial, tanto individuales como institucionales, y evidencia los impactos de estos fenómenos en las relaciones interpersonales y en la organización pedagógica. Además, señala la necesidad de estrategias educativas que promuevan la inclusión, la ciudadanía y la justicia social, reforzando el papel de la escuela como espacio de transformación social.

Palabras clave: Educación antirracista. Violencia racial. Privilegios de la blanquitud. Formación continua del profesorado. Relaciones étnico-raciales.

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar uma discussão teórica sobre a educação para as relações étnico-raciais nos currículos das escolas brasileiras e suas contribuições no combate à violência racial na escola, um fenômeno motivado pelo racismo, práticas sustentadas pela permanência do mito da democracia racial e dos privilégios da branquitude na sociedade brasileira.

Nele, buscamos contribuir com discussões nesse campo e uma compreensão sobre a questão racial no Brasil, com foco no poder das linguagens escolares na e para a (re)produção de (pre)conceitos e discriminação racial e procuramos mostrar a importância da formação continuada de professores em serviço sobre a problemática das relações entre violência racial e escola para encontrar caminhos para trabalhar esta questão no contexto escolar. Além de apontar algumas pistas para pensar estratégias para abordar a temática racial na escola e a implementação da Lei n. 10639/2003, incluindo os artigos 26-A e 79-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas de Educação Básica.

Não há dúvida e não é um assunto novo. O racismo à brasileira (Telles, 2003) tem suscitado muitas interrogações sobre a necessidade de buscar espaços de debate, discussão e reflexões na escola, com a participação da comunidade escolar e da local para buscar tomadas de decisões coletivas para o combate a preconceitos e discriminação racial no contexto escolar. Repensando as relações

raciais no Brasil, Edward Telles (2003) identificou que, apesar da profunda desigualdade racial, a ideologia do branqueamento leva os brasileiros a acreditar que as distinções raciais não são relevantes e, por isso, a interpretar experiências de discriminação como sendo resultantes das diferenças entre as classes sociais e não decorrentes de raça. Assim como na sociedade, na escola brasileira, ao contrário da segregação que ocorre em outros lugares do mundo, “a mistura racial, a miscigenação ou mestiçagem, constitui o pilar central da ideologia racial brasileira” (Telles, 2003, p. 16).

Diante dessa problemática, observamos que o fenômeno da violência escolar, abordado sob a ótica do racismo é um tema ainda pouco explorado na área de pesquisa em Ensino, sendo esta pesquisa intitulada “Discurso de professores da Rede Municipal de Ensino sobre sentidos da educação das relações étnico-raciais na formação continuada, em Jaguaquara-BA”, a primeira a ser desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Doutorado em Ensino, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Vitória da Conquista – BA, e seu pioneirismo reside não só na temática em Ensino, mas, antes de tudo, em ter o Departamento Pedagógico de um município da Bahia, que oferta formação continuada para professores em serviço, como campo de investigação.

Nessa perspectiva, a intenção é encontrar caminhos possíveis para melhorar as relações humanas no contexto escolar do qual elas são parte. No entanto, percebemos que, para isso, é preciso buscar instrumentos que possam contribuir com a formação continuada de professores em serviço, valorizando saberes necessários ao desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas na sala de aula. Para que, assim, esses profissionais possam se engajar na luta antirracista e na formação da cidadania de seus alunos brancos, negros, não-negros e não brancos, sem distinção e, certamente, contribuir com a construção de uma sociedade mais justa: antirracista.

Metodologia

Este artigo utiliza a abordagem qualitativa e o método bibliográfico, visando compreender as manifestações de violência racial e os efeitos dos privilégios da branquitude nos espaços escolares. A pesquisa se ancorou na análise de obras acadêmicas, artigos científicos e documentos legais sobre relações étnico-raciais, racismo e educação antirracista. A escolha do método qualitativo justifica-se pela possibilidade de aproximar o pesquisador do fenômeno investigado, permitindo interpretar e refletir sobre a complexidade das relações sociais no contexto escolar (Flick, 2009), ao passo que permite ao pesquisador realizar inferências sobre o fenômeno investigado. A investigação priorizou a compreensão teórica sobre a implementação da Lei n. 10.639/03 e suas implicações para a formação continuada de professores, considerando o papel da escola na (re)produção ou no combate às

desigualdades raciais e a busca por uma formação continuada em serviço com proposições antirracistas.

A Lei 10.639/03 representa um avanço importante na promoção de uma educação antirracista, pois busca valorizar a contribuição da população negra na formação da sociedade brasileira, combater preconceitos e fortalecer a identidade e o respeito à diversidade cultural no ambiente escolar. Silva (2007, p. 490) salienta que as normativas legais empregadas na Lei 10.639/03 suscita “orientar a execução das referidas determinações, colocou, no cerne dos posicionamentos, recomendações, ordenamentos, a educação das relações étnico-raciais”, o que reforça e reafirma a função da escola como espaço de transformação social e de enfrentamento ao racismo.

Violência racial na escola

Temos, portanto, de reconhecer que os tipos de violência na escola são diversos, assim como as diversas formas de violência que se manifestam na sociedade. Conforme a análise de Yves Michaud, é possível compreender que, apesar das imprecisões do conceito do termo violência cunhado pelo filósofo francês, os sentidos do termo apontados permitem o conhecimento de uma abordagem da violência presente na vida social sob diferentes dimensões simbólica e material. Sendo que, as dificuldades em se compreender os fenômenos de violência, ao nosso ver, são derivados da ausência de uma construção conceitual, de uma definição que seja capaz de incluir a violência nas relações sociais, marcadas por relações de dominação definidas pelas relações de gênero, raça, etnia, dentre outras categorias e grupos sociais.

Para Michaud (1989), a violência pode ser compreendida por dois lados, o primeiro “designa fatos e ações” e o segundo, o termo violência, “designa uma maneira de ser da força, do sentimento ou de um elemento natural – violência de uma paixão ou da natureza” (op. cit., p. 7-8). No primeiro ponto, a violência “opõe-se à paz, à ordem que ela perturba ou questiona. No, outro, é a força brutal ou desabrida que desrespeita as regras e passa da medida”. Para o autor (1989), a violência seja ela no primeiro ou segundo ponto, se expressa enquanto uso ou excesso da força, contra alguém, um grupo, uma etnia ou contra alguma coisa e, nesse sentido, a violência torna-se um elemento ao qual desorganiza uma determinada ordem, afetando de forma negativa, espaços, pessoas, contextos e as relações sociais. Visto que, ao analisar de perto o problema da violência e das suas definições percebeu que as relações desse fenômeno com o poder se manifestam através de três formas: a violência contra o poder, a violência do poder e o estado de guerra civil. Desse modo, Michaud (1989) busca definir a complexidade e a ambivalência do termo violência, considerando a importância de uma análise etimológica e semântica do conceito. Ainda podemos identificar a violência física, psicológica, sexual, econômica, moral, social, étnica, racial, simbólica, entre outras. A violência,

portanto, apresenta múltiplas faces, variados sentidos e significados, subdivisões, assimilado “ao imprevisível, à ausência de forma, ao desregramento absoluto” (op. cit., p. 12). Enfim, a violência é um fenômeno universal, complexo, plural e difuso.

O que chama a atenção na escola é que o racismo ainda se encontra fortemente enraizado e as manifestações de violência racial no ambiente escolar têm provocado inquietações e insegurança de estudantes e professores que vivenciam a cada dia experiências de preconceito e discriminação racial. De acordo com Gomes (2017), o racismo é uma forma de manifestação de atitudes e ações as quais apresentam superioridade acerca de pessoas ou de espaços. As manifestações de racismo, em sua grande maioria se apresentam em grupos humanos que buscam impor sua opinião, ideais, formas de viver e até mesmo forma de pensar sobre outros grupos humanos. Tais ações se apresentam, como lembra a autora (2017, p. 53), “de maneira individual e institucional”. Sendo que, na forma individual o racismo “manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos; podendo atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos” (op. cit., p. 52). Já na forma institucional, o racismo “implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos” (op. cit., p. 52). Por isso, concordamos com Gomes (2012), quando chama a atenção para a importância da educação que pode participar como um campo que articula teoria e prática e, sendo assim, podem surgir novas indagações, avanços e limites da teoria educacional e, conseqüentemente, repercussões na prática pedagógica do professor. Para a autora (2012, p. 99), “esse processo atinge os currículos que, cada vez mais são inquiridos a mudar”, mas os dilemas são evidenciados para os formuladores de políticas públicas, gestores das escolas, cursos de formação de professores e para as escolas, que precisam valorizar as propostas criativas e “que dialoguem, de fato, com a realidade sociocultural brasileira, articulando conhecimento científico e os outros produzidos pelos sujeitos sociais” (op. cit., p. 99) em suas realidade sociais, culturais, históricas e políticas.

Com Gomes (2017), portanto, identificamos que o racismo se apresenta de diferentes formas e sistematizada de maneira individual e institucional e se mostrar como uma manifestação de violência racial entre pessoas ou espaços institucionais e com participação social, como por exemplo, conselhos federais, estaduais e municipais, universidades, escolas, entre outros espaços. É importante ressaltar que entre os diferentes tipos de espaços institucionais, a escola é acusada de gerar opiniões e posturas racistas no processo de ensino-aprendizagem e nas relações sociais e, assim, o contexto de violência racial que tem preocupado, de forma especial, os pais/responsáveis e os professores. Tal problemática tem muitas implicações do ponto de vista da prática educativa e suas diferentes

manifestações no espaço escolar são múltiplas e complexas, mas de todas elas podem estar situadas nos intoleráveis resultados do abandono escolar.

Por isso, compreendemos que desde sua organização em uma perspectiva mais formal, a educação visa à formação de indivíduos para atuar na sociedade, com cidadania, condição humana e justiça social e, nesse sentido, é importante compreender a nova configuração da questão da educação dentro da sociedade contemporânea, como bem coloca Bernard Charlot (2020). Ao longo dos séculos foram diversas as tendências e pensamentos procuraram orientar dos modelos educacionais para atender a demandas diversas para a formação da sociedade e, assim, foram muitas pedagogias, iluminadas por diferentes abordagens de educação e ensino por autores de épocas diferentes. Charlot (2020, p. 10) fala sobre isso e percebe que “a educação nesta sociedade contemporânea deve ser pensada”, mas o problema é a ausência de debates sobre a educação na sociedade, se fala de outras coisas, como por exemplo, “do desempenho em rankings internacionais como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), de neuroeducação, de técnicas digitais de comunicação e de cibercultura, às vezes até de chips implantados no cérebro [...]” (op. cit., p. 10). Mas, o autor (2020) lembra também, que os anos 1970 colocaram a questão sobre o tipo de homem a educar para que tipo de sociedade, “a partir de temas de desejo, da instituição e da desigualdade diante da escola. Hoje, o questionamento é outro: trata-se, fundamentalmente, de pensar a eficácia das aprendizagens dentro de uma lógica de performance e de concorrência” (Charlot, 2020, p.10). Assim, como observa o autor, a preocupação é na mobilização “de técnicas e gestão mais do que a pedagogia, e que frequentemente se acomoda a certa dose de realismo cínico e resignado” (op. cit., p. 10). Desse modo, a escola, ao que tudo indica, está perdendo o seu lugar de educar e ensinar a condição humana, as formas de sociabilidade necessárias a convivência com a diversidade, de educar o ser humano para estar no mundo com os outros.

Daí, entendemos que discutir a relação entre violência racial e escola, ainda no século XXI, com diferentes políticas de combate ao racismo e implementação de conteúdos antirracistas nos currículos das escolas brasileiras, torna-se uma tarefa árdua e inquietadora. Mas consideramos que a formação inicial e continuada de professores precisa se tornar uma necessidade e uma referência obrigatória dos debates sobre o preparo do educador para os processos antirracistas, interculturais e interdisciplinares no contexto escolar. Desta maneira, este artigo discute os efeitos do racismo e dos privilégios da branquitude nas relações sociais, destacando os processos de exclusão do negro, não-branco e não-negro, dentro dos espaços escolares, enquanto manifestação de violência racial e, para tanto, utilizou a abordagem metodológica bibliográfica e qualitativa. De acordo com Flick (2009), a pesquisa qualitativa é uma forma de investigação que aproxima o pesquisador do fenômeno investigado e, de forma que pratica inferências, a partir dos resultados encontrados. Dessa maneira, a

metodologia do tipo qualitativa, conforme Flick (2009, p. 20), “é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida”. O fato de as relações sociais estarem em amplo desenvolvimento na contemporaneidade nos faz repensar essas multiplicações e, conseqüentemente nos ajuda a dar maior importância a estudos sobre esses fenômenos como privilégios da branquitude e racismo e despertar a curiosidade para investigar como eles são concebidos. A escolha pelo método do tipo qualitativo foi por ele apresentar as características de oportunizar, o pesquisador a compreender o objeto de pesquisa e, assim, desenvolver com mais propriedade a interpretação do fenômeno investigado.

Para fins de organização dos argumentos apresentados neste artigo, o dividimos em quatro partes e esta introdução. Uma primeira parte que trata do racismo e da violência nos espaços escolares, mostrando alguns apontamentos sobre racismo e violência racial nos espaços escolares, considerando os conceitos e definições mais importantes dos termos, contextualizando-os. Uma segunda, mais sintética, que apresenta brevemente a metodologia empregada no artigo. A terceira parte mostra a análise e discussão, tratando de uma reflexão sobre os efeitos dos privilégios da branquitude e do racismo nos espaços escolares, destacando as manifestações de violência racial e seus impactos na vida dos estudantes e de professores, considerando a importância da Lei n. 10.639/03 no currículo escolar e no preparo do professor para contribuir no combate ao racismo, aos privilégios da branquitude, preconceitos e discriminação racial; e uma última parte, onde apresentamos as considerações finais. A sua elaboração partiu de uma avaliação final do componente curricular Contexto de Educação e Espaços de Violência, disciplina cursada no processo de doutoramento em Ensino, no semestre de 2024. O requisito final do componente foi a elaboração de um artigo, relacionando às temáticas estudadas na disciplina e o projeto de tese.

Diante do exposto, é possível compreender que os impactos dos privilégios da branquitude e da violência racial nos espaços escolares constituem um processo complexo e dinâmico, que se manifesta tanto nas relações interpessoais quanto nas estruturas institucionais. Esses efeitos não se restringem às experiências individuais, mas influenciam a organização pedagógica, o currículo e as práticas educativas, evidenciando a necessidade de estratégias de formação continuada que promovam uma educação antirracista e inclusiva.

O racismo e a violência racial nos espaços escolares

Nesta parte apresentamos alguns apontamentos sobre o racismo e a violência racial nos espaços escolares, procurando mostrar que a escola não pode e não deve se omitir de sua função educadora, cidadã e socializadora, procurando identificar as diferentes formas de violência, inclusive

de violência racial presentes no cotidiano escolar, visando contribuir com ações pedagógicas e sociais que permitam combater tal problemática no cotidiano escolar.

No entanto, quando tratamos da categoria raça, como uma construção social, muitas informações se desdobram e surgem diferentes provocações. Para Wade (2017), para tratar da discussão sobre a categoria raça, é importante buscar uma compreensão do conceito no passado e do que está posto na contemporaneidade e, assim, chama esta volta ao passado de “cronologia convencional”. Sendo essa uma forma que permite compreender melhor a constituição dessa categoria e todo o enredo que se desdobra dela.

Nesse sentido, Wade (2017, p. 49) aponta que por volta dos séculos anteriores ao século XIII, “o conceito de raça não existia” e, nessa época, de repente era possível e “poderia haver etnocentrismo e ideias sobre o outro como bárbaro; poderia haver explicações quanto à diversidade humana (tanto cultural como física) em termos de fatores ambientais determinantes, porém não havia o que entendemos hoje como raça”. Retomando a questão da raça, Wade (2017) aponta também, que por volta dos séculos XIII ao século XVII, o termo raça, no contexto europeu surgiu como algo mais direcionado “acima de tudo, à religião, ao comportamento e ao meio ambiente, à época, os critérios mais importantes para conceituar a diversidade humana, em vez da aparência física ou ideias sobre o corpo como organismo natural” (op. cit., p. 49). Nessa “cronologia convencional” formulada por Wade (2017, p. 50), foi no século XV que surgimento do vocábulo raça, na Itália e na Espanha para explicar “crias de animais para falar de estirpe e linhagem de cavalos e vacas” e aparece para os ingleses no século XVI. Nestes séculos, o que se destacava e tinha como “elemento fundamental é a ideia de uma linhagem, um grupo de indivíduos que têm algo em comum por meio de vínculo genealógico” (op. cit., p. 51). Nessa conjuntura temporal três elementos foram utilizados para tentar explicar e conceituar a categoria raça: A aparência, a linhagem e sangue e o meio ambiente.

Dessa forma, antes do século XVIII, a aparência não era considerada um critério relevante para definir a categoria raça. No entanto, durante esse período, especialmente no contexto do “Novo Mundo”, houve uma mudança na concepção de racismo: a ênfase deslocou-se da religião para a cor da pele. Assim, embora a aparência tenha começado a ser usada para identificar pessoas, ela ainda não determinava a categoria raça. Não obstante, a aparência não foi empregada para identificar os excluídos, mas sim um critério para a limpeza de sangue e, assim, a relação linhagem e sangue era preconizada uma ‘limpeza do sangue’, como era o caso de “pessoas com ascendência judaica ou muçulmana, ainda quando fossem cristãos convertidos, a limpeza era definida como a ausência de ‘raça’ [sangue ou linhagem] de judeu ou mouro, pois os judeus tinham sangue infectado” (Wade, 2017, p. 51-52) e nesse segundo elemento é possível apontar que a religião e o sangue, eram elementos importantes para tratar do termo raça (op. cit., p. 52). No terceiro elemento, é visto o meio ambiente

como ponto utilizado para tratar do termo raça, pois tratava de dar explicações sobre a diversidade humana, eram considerados os fatores hereditários, contudo acreditavam que o meio ambiente influenciava nas heranças adquiridas. Nestes moldes, até meados do século XVIII estes eram os elementos utilizados para se referirem ao termo raça, mas os estudiosos da época apontavam para uma não definição de raça (op. cit., p. 53). Nesta cronologia convencional, como Wade (2017, p. 53-54) traz, entre meados do século XVIII e início do XIX é quando ocorre investigações mais apuradas a respeito do conceito de raça, contudo “de modo evidente, havia uma hierarquia social muito clara, com os europeus na camada superior; havia escravidão, colonialismo, conquista etc.”, revelando que a palavra e conceito de raça não estavam bem definidas nos discursos políticos e científicos.

Ainda sobre o surgimento do termo raça, Guimarães (2008b, p. 17) lembra que “o primeiro registro conhecido da palavra ‘raça’ para designar a divisão dos seres humanos em espécies foi feita por François Bernier³ num artigo publicado em Paris, no *Journal des Sçavants*, em 24/4/1684”. Para Munanga (2004, p. 118), a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista”. Sobre essa questão conceitual Munanga (2004) também cita François Bernier para lembrar que,

Como a maioria dos conceitos, “o de raça tem seu campo semântico e uma dimensão temporal e espacial. No latim medieval, o conceito de raça passou a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoa que têm um ancestral comum e que, ipso facto, possuem algumas características físicas em comum. Em 1684, o francês François Bernier emprega o termo no sentido moderno da palavra, para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominadas raças. Nos séculos XVI-XVII, o conceito de raça passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois utilizado pela nobreza local que se identificava com os Francos, de origem germânica em oposição aos Gauleses, população local identificada como a Plebe. Não apenas os Francos se consideram como uma raça distinta dos Gauleses, mais do que isso, eles se consideravam dotados de sangue puro, insinuando habilidades especiais e aptidões naturais para distinguir, administrar e dominar os Gauleses [...] (Munanga, 2004, p. 1).

Observando essa distinção das diferenças entre Francos e Gauleses nos séculos XVI-XVII, nos leva a compreensão da natureza da discriminação racial na Modernidade, tendo assim, o que Quijano chama de um “novo padrão de poder mundial” e, nesse sentido, a América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação e tem a sua “primeira identidade da modernidade” (Quijano, 2005, p. 117). Para Quijano (2005), a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, como bem explica o autor, “uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em

³ François Bernier foi viajante, físico, médico, antropólogo francês, que realizou viagens pelo subcontinente indiano e, após longas viagens, surge com um racismo no pensamento geográfico, emprega a ideia de raça no sentido moderno do termo para classificar a diversidade humana em seus estudos, propondo a divisão da humanidade não somente pelos espaços geográficos, conforme a divisão da terra, mas também pelos aspectos exteriores dos corpos, os caracteres físicos dos povos que viviam nas diferentes partes do mundo.

relação a outros é um processo histórico que se estabeleceu em dois eixos fundamentais do novo padrão de poder, na América” (op. cit., p. 117). Assim como Munanga (2004), Guimarães (2008a) e Wade (2017), Quijano (2005) define a ideia de raça em seu sentido moderno, afirmando que esse conceito não possui uma história conhecida anterior à América. Em trabalho anterior, o autor (1992) já havia problematizado essa questão ao discutir os possíveis antecedentes da noção de raça antes desse contexto (Quijano, 1992).

É muito importante fazer essa retrospectiva do conceito de raça e suas definições, contextualizando-o nos tempos históricos e o seu surgimento nas sociedades modernas para permitir compreender de forma mais crítica e abrangente um problema que é, sem dúvida alguma, fulcral para os estudos sobre as relações étnico-raciais, para o desenvolvimento de uma educação antirracista e combate ao racismo e aos privilégios da branquitude numa sociedade racista como a brasileira.

Verástegui e Ferreira (2023, p. 127) lembram que,

Reescrever a história ajudará a fortalecer a identidade, partindo das raízes e tradições dos povos, através de suas culturas milenares. A nova história ajudará a quebrar a estrutura de poder sustentada na racialidade dando lugar a uma perspectiva no campo do conhecimento e das práticas políticas emergentes, com manifestações sociais diversas, e de uma fecundidade que alimenta a decolonialidade. A decolonialidade quer atingir uma nova identidade humana, não unicamente dos povos colonizados, senão também dos colonizadores.

Esse é o caso da raça e suas (re)configurações na sociedade brasileira, além de suas formas de servir como marcador social da diferença, através da hierarquização de privilégios e opressão, suas repercussões de desvantagens para as populações racializadas. Guimarães (2011), por exemplo, recorda que por volta de 1870 é a data que inaugura as discussões sobre esse fenômeno no Brasil, e os estudiosos faziam uso do pedido de ajuda às Ciências Naturais para definir ou traçar “o conceito de raça, do modo como fora utilizado pela biologia do século XV, empregado para explicar as diferenças culturais entre os povos e o modo subordinado com que foram incorporados ao sistema mercantil global pela expansão e conquista europeias” (Guimarães, 2011, p. 9).

É possível compreender que os autores supracitados apresentam reflexões parecidas, acerca das possibilidades iniciais de dar um conceito para a categoria raça, ao passo que as tentativas recaem em formas que apontam para questões como subalternização, inferiorização e diminuição de muitos, em detrimento dos que detêm mais poderes, como afirma Silva (2022, p. 44), ao sinalizar que, “as desigualdades baseadas na diferença entre seres humanos já existiam desde o século XV e não estavam pautadas exclusivamente em questões raciais, mas em diferenças mentais-corporais ou físico-morais”. Essas noções de raça formuladas por Munanga (2004), Guimarães (2011, 2008a) e Wade (2017), Quijano (2005) apontam que, apesar de concordar com o uso do termo raça, sem uma definição credível e em relação a isso, podemos verificar que nas palavras de Wade (2017, p. 54-55) a abordagem sobre o termo “vincula o conceito de raça com ‘o lado sombrio da modernidade’ – o

lado da opressão e exploração – entendida como um processo que começa no século XV”. Dessa forma, observando os fatos ocorridos, apontados anteriormente, é possível identificar o quanto que o significado de raça foi se moldando e adaptando, para um fim único: dominação-subordinação-exploração e inferiorização daqueles que apresentavam as diferenças humanas e culturais que influenciavam as interações sociais e as percepções culturais, como exemplo, no cabelo, formato do crânio, olhos, boca, região de onde veio, local onde estudou, religião, e outros fatores.

Essa problemática ainda se mantém nas relações sociais brasileiras como formas de justificar as desigualdades, estereótipos, preconceitos e discriminação. Visto que, todos esses elementos que perpassam o termo raça e as temáticas que dela se desencadeiam, não são tarefas fáceis de definir, no entanto, a compreensão dos termos, torna-se importante para refletir como está posto as manifestações do racismo. Por isso, Silva (2007, p. 492) aponta que as ideias de determinados grupos de reforço e “convicção de que pertencem a uma classe de excelência e de grandeza humana”, é perigosa, pois esses pensamentos, “costumam expressar o sentimento de que seus méritos e qualidades são proeminentes, se julgam mais persistentes e esforçados do que a maioria dos integrantes do grupo social ou étnico-racial a que pertencem”, o que torna os processos relacionais mais difíceis e complexos. E tem um problema sério em relação a essa questão. Quando as relações sociais chegam a certo ponto de complexidade, o sentimento de superioridade é tão grande, que desrespeita, violenta e, por vezes, até massacra o outro. Essas ações se manifestam com determinados termos, racismo e violência.

Para Pino (2007), a violência na história da humanidade, se apresentou conceitualmente de diferentes formas e essa é uma palavra polissêmica, que é interpretada de diferentes maneiras. Nesse sentido, o autor aponta que,

Várias são as razões disso. Uma, de caráter mais psicológico, é que elas são assim denominadas, com frequência, muito mais pelo impacto emocional que produzem no imaginário das pessoas do que por razões objetivas consistentes. Outra razão, de caráter mais filosófico, é a dificuldade de encontrar um princípio racional que explique essas ações, particularmente sob o impacto emocional dos seus efeitos. Outra, de caráter mais antropológico, é que a qualificação das ações como violentas permite desqualificar seus autores, tornando-os a expressão máxima da desumanidade, rebaixando-os, equivocadamente, ao nível da animalidade, mundo onde não há lugar para a violência por não existir nele liberdade, intencionalidade, nem consciência, todas elas características da condição humana dos homens (Pino, 2007, p. 765).

Podemos perceber, que embora seja possível definir violência por diferentes caracteres, como o psicológico, filosófico ou antropológico, há de convir que em todos eles, é possível perceber a manifestação de desqualificação, opressão, rebaixamento, agressão de alguns sujeitos em detrimento de outros, o que afeta aquele que sofre uma ação violenta. Essas ações estão acontecendo a cada dia com mais frequência, em diferentes espaços, envolvendo diferentes pessoas e grupos. Como

observamos, a violência está presente em diferentes contextos e espaços e, nesse sentido, conforme Ferreira, Santana e Verástegui (2022, p. 51),

Viver numa sociedade na qual a exclusão social e escolar tem cor, classe, raça e gênero e que se mostra incapaz de perceber os efeitos do racismo para a branquitude e resolver os problemas que o seu funcionamento provoca às relações étnico raciais é uma sociedade resistente, autoritária e decadente.

Nas palavras dos autores (2022), notamos que as manifestações racistas e de violência que leva ao processo de exclusão social e escolar das pessoas negras e não-brancas são diversas e mostram o que é viver numa sociedade racista, preconceituosa e autoritária que manifesta abertamente a sua conformação com a negação da diversidade, como um suporte para as desigualdades estruturais tanto no nível político, de relações interpessoais como processos ideológicos e de práticas culturais eurocêntricas. Podemos perceber, com essas inferências que os espaços formais de educação, se tornam ambientes de (re)produção de violência racial e manutenção de práticas hegemônicas. Sobre os espaços de educação, destacamos o ambiente escolar com aquele que ocorrem experiências e contatos com diferentes contextos e proporcionam aprendizados diversos. Devido a suas características plurais é preciso partir dessas possibilidades para através do ensino abordar discussões pelo viés da diferença e diversidade, considerando as particularidades e contextos sócio-históricos de cada aluno e aprimorar o seu pertencimento ao espaço escolar, criando ambientes onde os estudantes se sintam aceitos, valorizados e conectados uns aos outros e à comunidade escolar.

Contudo, estudos realizados por Ferreira (2014), Silva (2016), Ferreira, Santana e Verástegui (2022), apontam que os ambientes escolares, por vezes tem se tornado um lugar de sentimento de não pertencimento, isso porque em alguns momentos a escola acaba reproduzindo atos racistas, machistas, xenofóbicos e discriminatórios. Como afirmam os autores (2022, p. 61), “esses espaços são questionados por diferentes problemas, dentre eles, pela ausência do princípio de justiça e de equidade, de igual dignidade dos alunos, de igual respeito que lhe é devido”. Corroborando com Ferreira, Santana e Verástegui (2022), Silva (2016, p. 22) aponta que “é muito constrangedor, mas não tem como deixar de reconhecer que a escola tem sido um importante veículo da ignorância que os brasileiros/as têm, uns dos outros, notadamente a respeito do povo negro”. Ainda pautados nessas discussões sobre o ambiente escolar, Ferreira, Santana e Verástegui (2022, p. 52) acrescentam que:

[...] podemos dizer que os espaços influem nos modos pelos quais a raça traduz se em colonialidade que, devido a suas características e ações, afeta as concepções dos espaços e, assim, o modo de como eles são percebidos, representados, concebidos, ocupados, vividos, interpretados, construídos e desconstruídos. E o espaço escolar não fica fora disso.

Compreendemos, portanto, que os espaços escolares se tornam ambientes em que a categoria raça se manifesta na sua versão da colonialidade, ou seja, proporciona a manutenção de ações dominantes, de opressão e ações violentas de diferente natureza. Nessas prerrogativas, a escola possui

um papel fundamental na construção de um novo olhar, pois já é sabido que esses espaços são redutos da colonialidade, da opressão e (re)produção de preconceitos e discriminação, a proposta pedagógica deve se voltar para um trabalho de valorização do outro – da diferença e diversidade. Portanto, um espaço em combate a ideias preconceituosas, de modo que todos os envolvidos no processo de construção do saber possam entender que a diferença entre pessoas é algo inerente ao ser humano. Os espaços escolares oportunizam ampliar as relações sociais, pois, a escola é o lugar onde os indivíduos passam a maior parte de sua infância e adolescência, sendo um dos meios sociais que mais o influencia na sua formação intelectual e moral. Além disso, é importante destacar que a escola precisa dialogar com a educação antirracista e a Lei 10. 639/03, bem como uma abordagem pedagógica com base na educação das relações étnico-raciais, tencionando o currículo escolar e permitindo a criação de estratégias didático-pedagógicas que rompam com o modelo de educação colonizadora e eurocêntrica. Daí, acreditamos que a formação continuada em serviço para professores sobre a educação para as relações étnico-raciais é um esforço que a escola deve fazer e, para tanto, exige o comprometimento e o interesse de todos, na escola.

Dados esses apontamentos, buscamos Ferreira, Santana e Verástegui quando sinalizam que é entre as relações sociais que se constroem relações positivas ou não. Os autores (2022, p. 61) assinalam que, “no contexto brasileiro, portanto, podemos observar que as relações sociais hegemônicas e autoritárias apoiam-se na ideologia da supremacia racial branca, no ideal de branqueamento”. E essas relações que priorizam poucos e inferioriza muitos, acabam reverberando em diferentes espaços, dentre eles, os escolares. Ainda envolvido nessa discussão, Silva (2016, p. 24) explica que,

Educamo-nos, nas relações que mantemos uns com os outros, mulheres e homens de diferentes grupos étnico-raciais, diferentes idades, estados de saúde, escolha sexual, com deficiência ou não, entre tantas circunstâncias de vida, modos de ser e viver. É assim que vamos nos formando na e para a vida, para o trabalho, para frequentar as escolas, para sermos cidadãos. Educamo-nos no convívio amistoso ou tenso, muitas vezes desrespeitoso com pessoas de distintas visões de mundo. As relações entre pessoas constroem nosso dia a dia. E, tendo em vista que essas relações costumam ser construídas em clima incentivado por sociedade desigual, precisam, elas, ser reeducadas, a fim de que, de fato, todas as pessoas possam exercer plena e equanimemente a sua cidadania.

Conforme os apontamentos acima, podemos perceber que as relações sociais estabelecem vínculos entre dominadores e dominados. Em grande medida, aqueles que dominam os discursos são os responsáveis por atitudes de toda natureza e com muita perversidade. Já fazem algumas décadas em que os estudos em torno da temática das relações étnico-raciais buscam superar relações sociais e discursos carregados de racismo e discriminações. Como vimos nas formulações dos autores supracitados, a escola é um espaço que amplia as relações sociais e nela também ocorre atos racistas e ações violentas, assim como a violência racial, em formato de racismo. O racismo, como colocado

por Gomes (2017, p. 53), é compreendido como a concepção de superioridade de um determinado grupo racial em relação a outro, interpretando que o grupo considerado inferior, apresenta “defeitos de ordem moral e intelectual” que são próprios deste mesmo grupo, e não adquirido de outros grupos nas relações sociais. Para Gomes (2017, p. 52),

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira.

Ainda sobre esse fenômeno, Ferreira, Santana e Verástegui (2022, p. 53) apontam que “o racismo, por vezes sutil, muitas vezes explícito, constitui-se com os processos do capitalismo, exploração, dominação e subordinação, com o trabalho escravo”, estando enraizadas na sociedade há muitos séculos. Ao observar o conceito de racismo trazido por Ferreira, Santana e Verástegui (2022) e Gomes (2017), percebemos que, em ambas as pesquisas, a sensação de superioridade e dominação move ações racistas, reforçam o sentimento de autoridade máxima, ocasionando em inferiorização de determinados grupos sobre outros. O racismo se manifesta em diferentes espaços da sociedade, grupos e contextos e, na escola, ocorre atos racistas rotineiramente, caracterizando esse espaço como um local de manifestação de violência racial.

Podemos inferir que o racismo se enquadra na definição de violência, trazido por Pino (2007), perpassando as três categorias de violência formuladas pelo autor, que são a psicológica, filosófica e antropológica, ultrapassando o conceito simplista de apenas violência física. Nesse sentido, Ferreira, Santana e Verástegui (2022, p. 54) apontam que “[...] a ligação entre biologia e racismo, a construção social do racismo e o seu lugar na sociedade brasileira são evidenciados por toda parte”, o que quer dizer que está presente também na escola. Sabemos que o racismo ocorre em diferentes grupos sociais e contextos, infelizmente esse fato ocorre bastante nas escolas, mas cabe ao professor em sala de aula combater ato de discriminação e abordar temas de diversidade. Silva (2006), reforça quando diz que é preciso tratar de identidades, culturas, etc., no processo de ensino e aprendizagem no contexto escolar, pois nossa sociedade é excludente e discriminatória na qual muitos ainda insistem em conservar, e cabe a nós enquanto professores desconstruir linguagens racista nas abordagens pedagógicas com nossos alunos, levando os temas que se direcionam para as relações étnico-raciais para as aulas, para serem problematizados.

De acordo com Lopes (2000, p. 188), a educação escolar “deve ajudar professor e alunos a compreenderem que a diferença entre pessoas, povos e nações é saudável e enriquecedora”. Logo, [...] “é preciso valorizá-las para garantir a democracia que, entre outros, significa respeito pelas pessoas e nações tais como são [...]” (op. cit., p. 188). A partir desse entendimento, autora (2000) nos

convida a refletir sobre os marcadores sociais da diferença que estão presentes na escola, em seus diferentes sujeitos, e com estas dar um trato teórico metodológico de acordo com diferenças apresentadas, superando as desigualdades e suas interfaces.

Nessa perspectiva, a educação crítica e consciente é uma abordagem muito importante para trabalhar essas questões, no que se refere a quebra da violência racial na forma do racismo nos espaços escolares. Destacamos ainda que é preciso dar início a esse processo desde a educação infantil, uma vez que se considera a criança pequena enquanto ser ativo, imerso numa realidade social em processo de construção de identidade. Assim, a diversidade étnico-racial pode e deve ser contextualizada no planejamento educacional desde a educação infantil até a última etapa da educação básica. Pois, ao indicar a quebra da violência racial, em forma de racismo nos ambientes escolares abrimos espaços para o diálogo, sociabilidades e trocas de saberes e, quando iniciadas desde a primeira etapa da educação básica, buscamos reduzir comportamentos racistas e educar as crianças para práticas antirracistas nas etapas seguintes, pois, como bem salienta Ferreira, Santana e Verástegui (2022, p. 53):

Afinal, a escola deverá levantar questões importantes sobre a legislação antirracista, os preconceitos e a discriminação étnico racial, realizando uma apuração conceitual nos seus discursos, no currículo, nas práticas pedagógicas e recursos didático metodológicos utilizados com alunos na sala de aula, uma vez que é esse o esforço que permitirá ter mais clareza do que se pretende falar e propor como conhecimento, aprendizagem, comportamento e atitude antirracista no ambiente escolar.

Afinal, lutar para tornar a escola um ambiente saudável, afetivo e, acima de tudo democrático para todos (as), é garantir que povos historicamente excluídos de seus direitos, tenham possibilidades reais de progredirem nesse ambiente, que ainda é hostil para alguns grupos, para que possibilite “a inclusão de todos, com fins no respeito à diversidade que há no interior da escola.

Análises e resultados

A análise teórica realizada indica que a violência racial e o racismo são fenômenos presentes e recorrentes nos espaços escolares brasileiros, manifestando-se tanto de forma individual quanto institucional. Conforme Gomes (2017), as manifestações de racismo se apresentam em atos discriminatórios cometidos por indivíduos, mas também de forma sistemática, quando sustentadas por práticas institucionais que reforçam desigualdades históricas e privilégios da branquitude. Nesse contexto, a escola, como espaço de socialização e aprendizagem, torna-se tanto palco de reprodução de preconceitos quanto cenário potencial para a construção de práticas antirracistas e inclusivas.

Os resultados da análise indicam que a violência racial no contexto escolar não se limita a agressões físicas, mas se expressa também de maneira simbólica, psicológica, moral e social, comprometendo o bem-estar emocional e a autoestima de estudantes racializados. Pino (2007) aponta

que a violência pode ser compreendida sob múltiplos aspectos — psicológico, filosófico e antropológico — e, nesse sentido, o racismo configura-se como forma de violência que subordina, inferioriza e desumaniza grupos específicos. A constatação de Ferreira, Santana e Verástegui (2022) reforça que tais manifestações racistas estruturam-se historicamente e encontram respaldo em práticas sociais, políticas e pedagógicas que favorecem a manutenção de privilégios da branquitude.

Ao observar a dinâmica escolar, evidencia-se que os ambientes educacionais, quando desprovidos de políticas e práticas antirracistas, podem reforçar sentimentos de não pertencimento entre estudantes negros, não-brancos e não-negros, reproduzindo desigualdades estruturais presentes na sociedade. Silva (2016) ressalta que a socialização escolar, se permeada por relações hierárquicas e excludentes, reforça estereótipos e preconceitos, dificultando o desenvolvimento de relações sociais equitativas. Nessa perspectiva, a escola tem um papel ambíguo: pode ser tanto instrumento de opressão quanto espaço de transformação, dependendo da forma como educadores, currículo e comunidade escolar se articulam para abordar as questões étnico-raciais.

Outra constatação relevante refere-se à necessidade da formação continuada de professores em serviço para enfrentar práticas racistas e implementar conteúdos antirracistas. A análise da literatura mostra que a preparação docente voltada para a educação crítica e inclusiva é crucial para que os professores possam compreender e intervir nas situações de racismo, promovendo um ambiente escolar seguro, democrático e plural. Lopes (2000) destaca que a educação escolar deve valorizar as diferenças entre pessoas e povos, promovendo o respeito à diversidade como princípio de cidadania. Nesse sentido, práticas pedagógicas que considerem as especificidades históricas, culturais e sociais dos estudantes tornam-se fundamentais para a construção de uma educação antirracista.

Adicionalmente, a análise histórica do conceito de raça, apresentada por Wade (2017), Munanga (2004) e Quijano (2005), evidencia que a racialização das relações humanas é um fenômeno social construído ao longo dos séculos, vinculando-se a processos de dominação, exploração e hierarquização de grupos. Esse entendimento reforça que as manifestações de racismo nas escolas não são incidentes isolados, mas reflexo de padrões estruturais de poder que se perpetuam. Portanto, os resultados indicam que qualquer intervenção efetiva no ambiente escolar precisa reconhecer o caráter histórico e estrutural da desigualdade racial, promovendo ações educativas que desconstruam práticas discriminatórias e fortaleçam a consciência crítica de alunos e educadores.

Em síntese, a análise dos dados bibliográficos evidencia que a escola desempenha um papel central nas relações étnico-raciais, sendo um espaço em que o racismo pode ser tanto reproduzido quanto combatido. A promoção de uma educação antirracista exige esforços articulados entre currículo, práticas pedagógicas, formação docente e engajamento da comunidade escolar, de modo a

construir ambientes de aprendizagem inclusivos, seguros e democráticos, capazes de valorizar a diversidade e enfrentar as desigualdades históricas.

Considerações finais

Sabemos que na contemporaneidade, inúmeras foram as formas de discriminação, subalternização, inferiorização e desigualdades diversas dos povos considerados à margem da civilização europeia, mostrando uma política hegemônica e dominante, validando cada dia mais, as violências que sucederam e se sucedem de forma ativa no período supracitado acima. Neste interstício, formas de pensar, agir e refletir são acionadas, demandando de novas epistemologias, desconstruindo a ideia ativa de conhecimento e formas de viver de maneira unilateral.

Com base nos achados acima, foi possível perceber que a violência racial em forma de racismo é uma ação muito presente em diferentes espaços da sociedade, e a escola é um espaço que também ocorre estes atos de violência cada dia, de forma mais constante. O racismo é considerado uma ação que degrada, oprime e humilha um grupo racial considerado inferior por outro grupo que se julga superior, nestas prerrogativas, dentro dos espaços escolares as manifestações racistas não é um fato novo.

Nesse sentido, ao saber que na escola o racismo ocorre, tomamos a consciência de que é preciso pensar práticas educativas que desconstruam estas ações violentas. Cabe também aos profissionais da educação em serviço, reconhecer-se em uma identidade étnica, que reconheça as diferenças existentes entre seus alunos, e que as ações educativas decorram destas diferenças, e não do pensamento de igualdade. Refletindo com base nas teorias analisadas para a construção deste artigo, podemos evidenciar a necessidade da inserção do tema que trate de práticas racistas, de maneira reflexiva no contexto escolar, assim como a necessidade e um resgate das contribuições dos povos negros na constituição da nação e do projeto ideológico de sociedade, de Estado, de Escola e consequentemente de sujeitos que queremos formar. Insistimos que este conteúdo não perpassa de maneira irrefletida nos espaços escolares, que tenha rigor assim como os conteúdos colonizados e considerados de maior importância.

O rigor pontuado demanda estar presentes nos debates dos espaços escolares, local que por muitas vezes as “violências” raciais acontecem a todo tempo. É necessário o interesse por parte dos professores assim como o empoderamento dos alunos. Desta forma, é preciso haver implicação política e crítica por parte dos profissionais de educação, para que de fato ocorra as mudanças necessárias de ações antirracistas.

Referências

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 18 out. 2025.

CHARLOT, Bernard. **Educação ou barbárie?** Uma escolha para a sociedade contemporânea. Tradução Sandra Pina. São Paulo: Cortez, 2020.

FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade; SANTANA, José Valdir Jesus de; VERÁSTEGUI, Rosa de Lourdes Aguiar. Decolonialidade e educação para as relações étnico-raciais: um olhar sobre o racismo e a branquitude na escola. ODEERE - **Revista Internacional de Relações Étnicas**. Jequié – BA, Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, Dossiê Relações Étnico-Raciais, Branquitude e Decolonialidade na Educação, v. 7, n. 2, p. 50-70, maio/ago., 2022. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/odeere/article/view/11086> Acesso em: 15 dez. 2023.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução Joice Elias Costa. 3ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Revista Portal Geledés**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 39-62, 13. 03. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf> Acesso em: 16 dez. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, p. 98-109, jan./abr., 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf> Acesso em: 02 maio 2023.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça, cor, cor da pele e etnia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 20, p. 265-271, jul. 2011. Disponível em: https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/pt_BR/article/view/36801/39523. Acesso em: 27 dez. 2025.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Cor e Raça.** Raça, cor e outros conceitos analíticos. In: PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Lívio (Orgs.). **Raça: novas perspectivas antropológicas.** 2. ed. rev. Salvador - Bahia: Edufba, 2008a. p. 63-82.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito racial:** modos, temas e tempos. São Paulo: Cortez, 2008b.

LOPES, Véra Neusa. Racismo, preconceito e discriminação: Procedimentos didático-pedagógicos e a conquista de novos comportamentos. 2.ed. In: MUNANGA, Kabengele Munanga (Org.). **Superando o racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 185-204. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf Acesso em: 16 maio 2023.

MICHAUD, Yves. **A Violência.** Tradução L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em:

https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 24 nov. 2025.

PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Lívio (orgs.). **Raça**: novas perspectivas antropológicas. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/3tqqd/pdf/pinho-9788523212254.pdf>. Acesso em: 06 de out. 2025.

PINO, Angel. Violência educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, v. 28, n.100, Edição Especial, p. 763-785, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Fcw4BTVQtGJKZTcky7Y5hzx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino americanas, eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires-Argentina: Clacso, 2005. Cap. 9. p. 107-130. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em 13 dez. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Perú Indígena**, Perú, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Educação das relações étnico-raciais nas instituições escolares. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 69, p. 123-150, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/xggQmhckhC9mPwSYPJWFbND/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 dez. 2025.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. Porto Alegre, RS, **Educação**, v.63, n. 3, pp. 489-506, 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/2745>. Acesso em: 14 dez. 2025.

SILVA, Joaklebio Alves da. **Educação Étnico-Racial crítica para o ensino de ciências**: Descolonizando caminhos na formação inicial de professoras e professores de biologia. 2022. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2022.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Tradução Ana Arruda Callado, Nadjeda Rodrigues Marques e Camila Olsen. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

VERÁSTEGUI, Rosa de Lourdes Aguiar; FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade. A herança do colonialismo europeu: por um resgate da ancestralidade. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 10, n. 22, p. 113–130, jan./abr. 2023. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.48074/aceno.v10i22.14351>. Acesso em 03 de out. 2025.

WADE, Peter. Raça e Etnia na era da ciência genética. In: WADE, Peter. **Raça, racismo e genética**: em debates científicos e controvérsias sociais. Salvador - Bahia: Edufba, 2017. Cap. 3. p. 81-10.

Recebido: 18/12/2025

Aceito: 31/03/2026

Publicado: 19/05/2026

